Acesso rápido

Processo Judicial eletrônico (PJe) | Pautas do Plenário | Calendário das Sessões | Atas e Certidões | Diário de Justiça Eletrônico (DJe) | TV Plenário | Processos Físicos | Boletim da Sessão | Plenário Virtual | Atos Normativos | Resultado das Sessões

CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA >O Corregedor >Atribuições >Atos da Corregedoria

JURISPRUDÊNCIA

Informações e serviços

Sobre o CNJ
Composição, visitas, contatos, atos administrativos, controle interno

Agenda, Eventos e Campanhas
Data das sessões, inscrições em eventos, agenda dos conselheiros

Violência contra a Mulher
Formas de violência, Como denunciar

Gestão Estratégica
Metas, planejamento do Poder Judiciário e do CNJ

Tecnologia da Informação
PJe, videoconferência, Escritório Digital

Transparência
Remunerações, diárias e passagens, gestão orçamentária, licitações

Poder Judiciário
Concursos, relações internacionais, segurança institucional

Convenção da Apostila da Haia
Validação, carimbo, cartórios autorizados

Sistema Carcerário, Execução Penal e Medidas Socioeducativas
BNMP, cadastro de presas grávidas

Sistemas e Cadastros
Renajud, bacenjud, infoseg, serasajud

Publicações
Manuais, cartilhas, relatórios, tratados, leis, pesquisas

Programas e Ações
Audiências Públicas, Conciliação, Adoção, Violência contra a mulher, e-NatJus

Formação e Capacitação
Cursos, Educação a Distância, CEAJud

Pesquisas Judiciárias
Justiça em Números, Painéis CNJ, trabalhos acadêmicos

Espaço do Servidor
Contracheque, correio eletrônico, SEI

Notícias dos Tribunais

TJAM
Série de audiências passa por todos os abrigos para crianças de Manaus

TJRO
PJe: CNJ conhece boas práticas de tecnologia da Justiça de RO

TJSC
Conciliação: tribunal cria cadastro de conciliadores em Santa Catarina

Participação em artigos
Teses e Dissertações

Ações

Selo Justiça em Números
Revista CNJ
Demandas Repetitivas
Sustentabilidade

Aplicativos

CNJ em Números
Supremo em Ação
Justiça Aqui
Painéis CNJ

Institucional

Contatos
Manuais
Chamadas Públicas

Justiça em Números
O Justiça em Números visa à ampliação do processo de conhecimento do Poder Judiciário por meio da coleta, da sistematização de dados estatísticos e do cálculo de indicadores capazes de retratar o desempenho dos tribunais.

CNJ em Números
O Relatório CNJ em Números apresenta dados relativos à atuação do Conselho Nacional de Justiça ao longo de sua história.

Supremo em Ação
Trata-se de diagnóstico elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça que analisa o Supremo Tribunal Federal.

Judiciária brasileira.

Para mais informações acesse a página.

Em caso de dúvidas, leia o manual de pesquisa.

Acesse o painel.

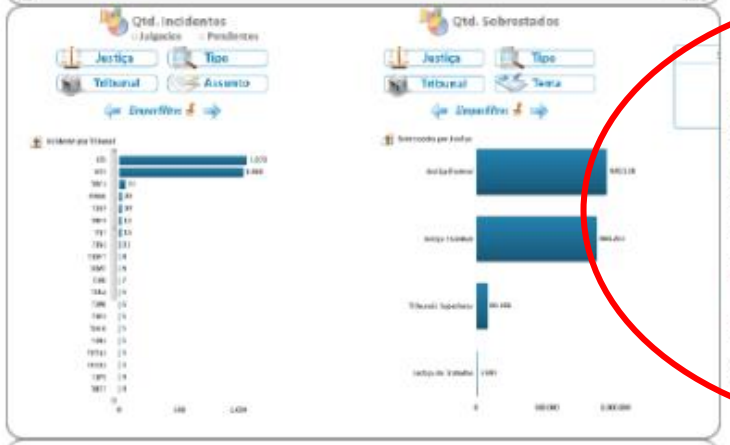
Produtividade

O antigo módulo judicial do Sistema Justiça Aberta agora denominado Módulo de Produtividade Mensal do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) tem o objetivo de permitir maior integração das informações com os conceitos e dados já trabalhados no Justiça em Números, além de simplificar a coleta e ampliar a qualidade dos dados recebidos dos tribunais pelo CNJ.

Para mais informações acesse a página.

Em caso de dúvidas, leia o manual de pesquisa.

Acesse o painel.



Demandas Repetitivas

Em cumprimento ao artigo 979 do Código de Processo Civil, o Conselho Nacional de Justiça apresenta o Painel de Consulta ao Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios que agrega e consolida os diversos temas submetidos ao julgamento segundo o rito das demandas repetitivas nos Tribunais estaduais, federais e Tribunais superiores.

Para mais informações acesse a página.

Em caso de dúvidas, leia o manual de pesquisa.

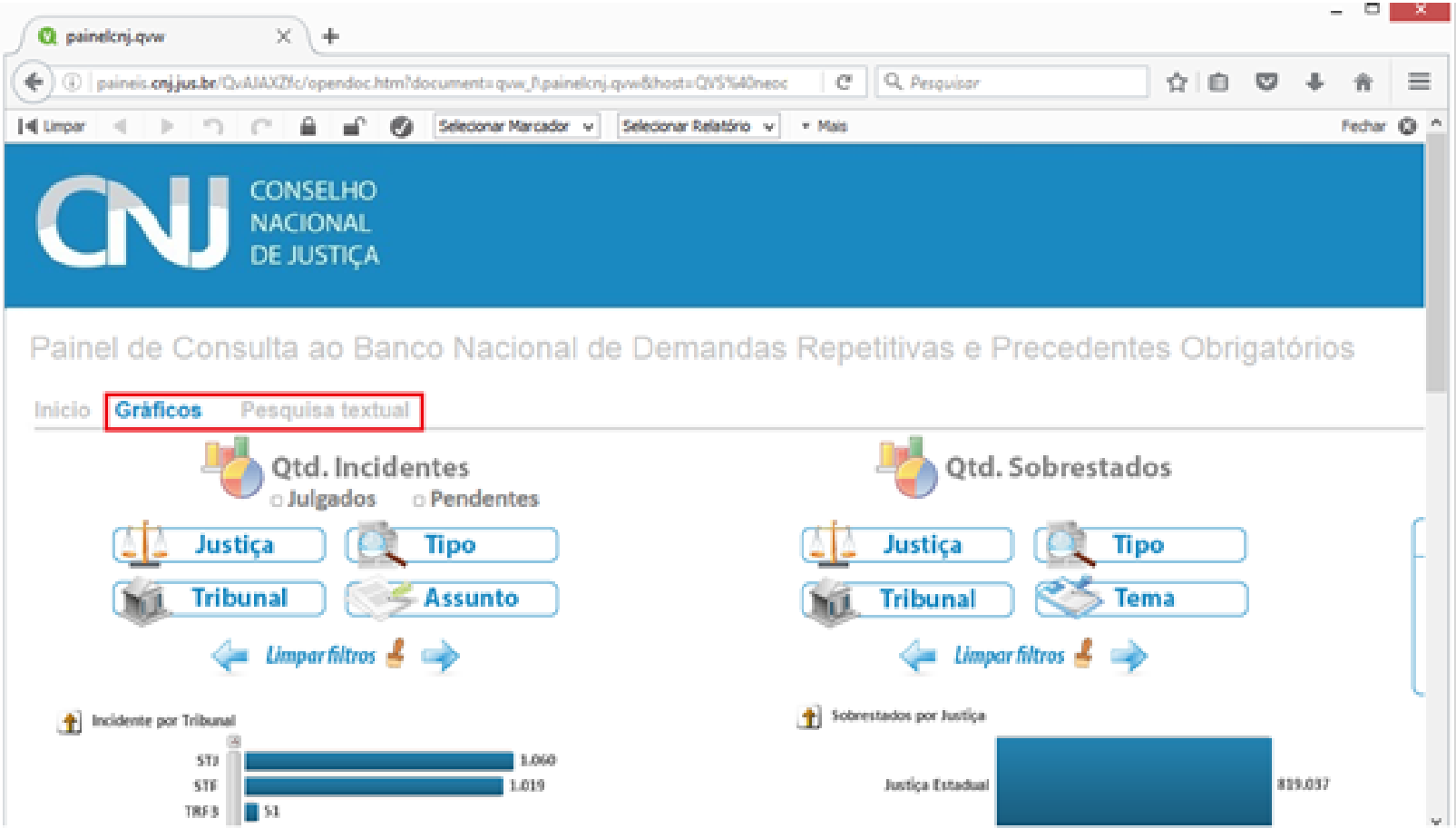
Acesse o painel.

Violência Doméstica

O Portal de monitoramento apresenta os dados referentes à Portaria n.

BNPR - Painéis

Dupla Função:
1º Gráficos – Gestão
2º Pesquisa Textual



BNPR – Consulta Textual

Painel de Consulta ao Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios

Início Gráficos **Pesquisa textual**

Número do tema:

Tipo de incidente:

Assunto:

Questão submetida a julgamento:

Situação:

Código do assunto (TPU):

Limpar filtros

QUESTÃO	TESE
O redirecionamento de execução de crédito tributário da pessoa jurídica para os sócios dar-se-ia nos próprios autos da execução fiscal ou em sede de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.	-

LISTA

DR - Processo relator nome	ProcPar
Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA	0017610-97.2016.4.03.0000
-	-

PARTES

Tema	Situação	Tipo	Quetão ou Título	Tese ou Descrição	Assunto	Qtd. Sobresta...
TRF3 IRDR 1	Pendente	IRDR	O redirecionamento de execução de crédito tributário da pessoa jurídica par...	-	DIREITO TRIBUTÁRIO	365